Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Percepções de profissionais da saúde sobre políticas de gênero na Atenção Primária à Saúde

The perception of Primary Healthcare workers on the implementation of gender-based policies

Percepción de trabajadores de la Atención Primaria de Salud acerca de políticas de género

Alexandre Araujo Neubauer[1], Teresinha Heck Weiller[1] ,Geraldo de Freitas de Sousa Junior[1], Carla Mario Brites[1], Marcelo Nunes da Silva Fernandes[1], Bruna Rodrigues Bosse[1], Dedabrio Marques Gama[1], Sharon da Silva Martins[1], Fábio Mello da Rosa[1].

RESUMO

Objetivo: Identificar as percepções de profissionais de saúde acerca das políticas públicas de gênero na Atenção Primária à Saúde (APS). **Métodos:** Pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, realizada com 12 trabalhadores de saúde, no período de setembro a novembro de 2024 em um município do Rio Grande do Sul. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, analisadas a partir da análise temática. **Resultados:** Identificou-se fragilidades na implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero, revelando que a população LGBT+ enfrenta barreiras persistentes no acesso e no acolhimento, decorrentes de atitudes preconceituosas, práticas discriminatórias e lacunas formativas dos profissionais. **Conclusão:** Torna-se necessária uma articulação efetiva entre as políticas públicas, profissionais da saúde e o compromisso contínuo da gestão para a superação dessas dificuldades. Além disso, são indispensáveis investimentos em educação permanente e uma formação acadêmica sensível às questões de gênero e sexualidade e em ações intersetoriais capazes de consolidar um sistema de saúde orientado pela equidade e pelo respeito à diversidade.

Palavras-chave: Perspectiva de gênero, Atenção primária à saúde, Enfermagem, Políticas públicas de saúde.

ABSTRACT

Objective: To identify the perceptions of health professionals regarding public gender policies in Primary Health Care (PHC). **Methods:** This descriptive and exploratory study, with a qualitative approach, was conducted with 12 healthcare workers between September and November 2024 in a municipality in Rio Grande do Sul. Semi-structured interviews were carried out and analyzed using thematic analysis. **Results:** Weaknesses were identified in the implementation of public policies with a gender perspective, revealing that the LGBT+ population faces persistent barriers to access and acceptance, stemming from prejudiced attitudes, discriminatory practices, and gaps in professional training. **Conclusion:** Effective coordination between public policies, healthcare professionals, and ongoing management commitment is necessary to overcome these difficulties. Furthermore, investments in continuing education, academic training sensitive to gender and sexuality issues, and intersectoral actions capable of consolidating a healthcare system guided by equity and respect for diversity are essential.

Keywords: Gender perspective, Primary health care, Nursing, Public health policies.

[1] Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS.

SUBMETIDO EM: 1/2026 | **ACEITO EM: 2/2026** | **PUBLICADO EM: 3/2026**

RESUMEN

Objetivo: Identificar las percepciones de los profesionales de salud sobre las políticas públicas de género en la Atención Primaria de Salud (APS). **Métodos:** Estudio descriptivo y exploratorio, con enfoque cualitativo, realizado con 12 trabajadores de la salud, entre septiembre y noviembre de 2024, en un municipio de Rio Grande do Sul. Se realizaron entrevistas semiestructuradas, analizadas mediante análisis temático. **Resultados:** Se identificaron debilidades en la implementación de políticas públicas con perspectiva de género, revelando que la población LGBT+ enfrenta barreras persistentes de acceso y aceptación, derivadas de actitudes prejuiciosas, prácticas discriminatorias y brechas en la formación profesional. **Conclusión:** Para superar estas dificultades, es necesaria una coordinación eficaz entre las políticas públicas, los profesionales sanitarios y el compromiso continuo de la dirección. Además, son esenciales las inversiones en formación continua, la formación académica sensible a las cuestiones de género y sexualidad, y las acciones intersectoriales capaces de consolidar un sistema de salud guiado por la equidad y el respeto a la diversidad.

Palabras clave: Perspectiva de género, Atención primaria de salud , Enfermería, Política de salud.

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais, como o feminismo, sucederam um papel fundamental na luta por direitos equânimes entre homens e mulheres. Junto a ele, o movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais (LGBT) tem trazido novas nuances e problemáticas para a pauta de gênero, de forma que os governos e organizações passam a olhar com mais atenção a essa temática, que é transversal na sociedade e um importante determinante para a saúde (SALVARO GIJ e KNUDSEN PPPS, 2025). Todavia, existem muitas lacunas a serem preenchidas quanto às formas de implementação de políticas de saúde que deem conta de criar soluções efetivas para tratar as diferenças de gênero e sexo inerentes às sociedades atuais (MONTEIRO NAM e GORETTI VVR, 2025). Dessa forma, as mudanças que ocorrem gradualmente na sociedade brasileira e internacional vêm trazendo cada vez mais destaque a esta temática, uma vez que estão associadas às iniquidades, invisibilidades e exclusões nos mais diversos âmbitos (ESCODA MSQ, 2008).

Na saúde, as pesquisas relacionadas a gênero, apesar de terem trazidos grandes avanços e melhorias à alocação de recursos para problemas específicos da saúde que antes eram negligenciados, tendem a abordar de forma binária, logo desatualizada, a noção de sexo (homem e mulher) e de gênero (masculino e feminino). Entretanto, a percepção mais aprofundada de gênero, que inclui pessoas intergênero, ainda é invisibilizada e pouco explorada nos contextos de saúde (CARRATO JM e SANTOS NC, 2015).

As políticas públicas são desenhadas de maneira generalista a fim de serem abrangentes o suficiente para atender as necessidades das diversas populações as quais são destinadas, por isso devem estar em conformidade com as diversidades culturais, sociais, regionais e locais. O processo de implementação dessas políticas necessita da mobilização de diferentes atores e níveis de gestão. É preciso meios e diretrizes claras na atuação dos agentes públicos, principalmente para os trabalhadores de saúde, os quais implementam as políticas diretamente com a população. Dessa forma, além de possivelmente melhorar a efetividade das políticas, se tem a possibilidade de menos sobrecarga, mais clareza e respaldo para a tomada de decisão e implementação de ações.

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo o primeiro nível de contato da população com os serviços de saúde. Sua importância reside na capacidade de promover ações de prevenção, promoção da saúde, diagnóstico precoce e cuidado contínuo, contribuindo para a integralidade do atendimento (BRASIL,2017). Além disso, a APS favorece a construção de vínculos de confiança entre profissionais e usuários, possibilitando uma abordagem mais humanizada e contextualizada das necessidades de saúde da comunidade (MATTA GC e MOROSINI MVG, 2009).

Sendo assim, a APS torna-se cenário imprescindível na atenção às pessoas LGBT, promovendo a saúde, prevenindo doenças específicas e assegurando direitos fundamentais. Ela também desempenha um papel crucial no combate ao preconceito e à discriminação, que muitas vezes dificultam o acesso a serviços de saúde de qualidade. Para isso, é fundamental implementar políticas públicas que sejam inclusivas e sensíveis às particularidades dessa população, garantindo o respeito à diversidade, promovendo a equidade e assegurando que todos tenham acesso a cuidado adequado (REIS AA e CARVALHO HR, 2023).

Frente ao exposto, este estudo tem como questão de pesquisa: Qual a percepção dos trabalhadores de saúde acerca das políticas públicas de gênero na APS? E, como objetivo, identificar a percepção dos trabalhadores de saúde acerca das políticas públicas de gênero na APS.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, o qual investigou a percepção dos trabalhadores de saúde acerca das políticas públicas de gênero na APS e buscou explorar a realidade através do aprofundamento de significados, considerando crenças, costumes, atitudes, valores e relações. A abordagem qualitativa permite incluir o significado e as intencionalidades que estão intrinsecamente relacionadas às relações que estabelecem os diferentes sujeitos (NUNES ED, 2007; TAQUETTE SR e BORGES L, 2020).

Foi realizado em quatro unidades de saúde de um município do Rio Grande do Sul, selecionadas a fim de contemplar diferentes regiões administrativas, entre os meses de setembro e novembro de 2024. Participaram da pesquisa 12 trabalhadoras/es de saúde da APS, sendo 3 enfermeiras/os, 2 médicas/os de família e comunidade, 4 agentes comunitários de saúde, 2 técnicas/os de enfermagem e uma/um cirurgião dentista. Foram incluídos servidores públicos municipais com, no mínimo, seis meses de atuação. Excluíram-se os trabalhadores de saúde em período de férias ou licença de qualquer natureza.

Para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conduzidas individualmente nos locais de trabalho das/dos participantes. Um convite foi enviado previamente através de contato telefônico, informando os objetivos e métodos do estudo. Para garantir o anonimato da entrevista, as/os participantes foram identificadas/os com a letra P, seguida do numeral na ordem na qual foram realizadas as entrevistas. Cada entrevista durou cerca de 45 minutos, foram gravadas em áudio, mediante consentimento dos entrevistados e, posteriormente, transcritas para texto.

Para análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, fundamentada na proposta de Minayo MCS (2014) e complementada pelas diretrizes de Taquette SR e Borges L (2020). Os temas foram definidos com base nos objetivos da pesquisa e os eixos temáticos emergiram das falas dos participantes. A análise dos dados foi realizada de forma manual, sem o auxílio de softwares ou ferramentas computacionais, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos dados (MINAYO MCS, 2014; TAQUETTE SR e BORGES L, 2020). Emergiu da análise, três categorias temáticas: Políticas Públicas na perspectiva de gênero na percepção dos trabalhadores da APS; Principais demandas de saúde da população LGBT na APS e Ações de saúde destinadas à população LGBT na APS. Foram disponibilizados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Confidencialidade. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de Ética em Pesquisa da UFSM sob CAAE nº 81336124.5.0000.5346 e parecer nº 6.970.932 de 29 de julho de 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Políticas Públicas na perspectiva de gênero na percepção dos trabalhadores da atenção primária à Saúde

As políticas públicas constituem um conjunto de ações e decisões adotadas pelos governos, que tem por objetivo atender as necessidades da sociedade, contribuindo, assim, para o bem-estar da população (AGUM R, et al., 2015). No âmbito da saúde pública brasileira, as políticas públicas foram, muitas vezes,

conquistas adquiridas a partir de intensos movimentos sociais, os quais permanecem articulados na busca da conquista e manutenção de direitos, como a luta contra o racismo, a homofobia e o sexismo (MELO IR, et al., 2020).

Na perspectiva de gênero, as políticas públicas buscam combater as desigualdades que as minorias enfrentam e garantir que todas as pessoas, independente do seu gênero, tenham acesso a direitos e oportunidades. Para isso, é necessário enfrentar alguns desafios, como o combate a discriminação, as desigualdades e as violências (FARAH MFS, et al., 2018).

Nesse sentido, torna-se fundamental que profissionais da saúde, especialmente que trabalham no SUS, compreendam o conceito de políticas públicas na perspectiva de gênero. Nesse sentido, **P1** relatou, que: *"são todas as políticas que dão acesso a atendimento às pessoas LGBTQ*". Corroborando com o que disse o P1 sobre o que são políticas públicas com perspectiva de gênero, **P7** e **P12** afirmam que "*são políticas voltadas para o público específico LGBT"*. Já a/o entrevistada/o **P9** afirma: *"são as ações que as instituições criam com vistas a promover melhor acesso, melhor saúde, para garantir melhor equidade, melhor atendimento, melhor acompanhamento das populações vulneráveis".*

Quando as/os profissionais foram questionados sobre a existência dessas políticas públicas com perspectiva de gênero em suas realidades laborais, alguns citaram a existência dos ambulatórios do município. **P1** afirma: *"Tem a política, sim, que a gente tem né, LGBTQI+, que tem aqui no município, que tem no Transcender, né".* **P2** refere: *"Acho que só o Transcender, né? É, tem um ambulatório lá também, né? Mas eu não sei como é que funciona direitinho".* Por fim, **P12** relatou: *"Nós temos o Transcender, que é bem abrangente, assim, em todos os aspectos desse público, incluindo visitas, encaminhamentos para outros setores, fazendo acolhimentos, tratando a família- algo que é muito bom".*

Diante da falta de tratamento especializado para a saúde no âmbito do SUS e pelos altos valores cobrados pelos tratamentos na rede privada, muitos estados brasileiros estão criando ambulatórios específicos para atender as demandas dessa população, tornando esses espaços a verdadeira porta de entrada das pessoas trans ao sistema público de saúde (ROSA DF, et al., 2019; PINTO IV, et al. ,2020). Ganham importância, pois se propõem atender de forma humanizada a população LGBT, prestando um acolhimento eficiente, orientando sobre seus direitos, e, principalmente, disponibilizando um atendimento clínico adequado às suas necessidades, criando, assim, um estreitamento dos vínculos entre o serviço de saúde e usuárias/os (ROCON PC, et al., 2018; ROSA DF, et al., 2019). Além de ofertarem um serviço multidisciplinar, servem também, como rede de apoio, proporcionando mais visibilidade para a população LGBT, por meio de debates importantes sobre inclusão, dignidade, direitos, acesso à saúde e respeito à diversidade (MAZARO JL e CARDIN VSG, 2017; ROCON PC, et al., 2018; ROSA DF, et al., 2019).

No entanto, desse cenário, evidencia-se que a percepção de políticas públicas com perspectiva de gênero está atrelada a serviços ambulatoriais especializados, em detrimento da APS. Essa dinâmica revela a fragilidade do acesso, da acolhida e do estabelecimento de vínculo nesse nível de atenção, considerado a porta de entrada prioritária do SUS. Tal afastamento está relacionado a barreiras simbólicas e institucionais, incluindo estigmas sociais, discriminações abertas ou sutis e experiências de preconceito, que produzem desconforto e afastamento desses espaços (LOPES R, et al., 2023). Como resultado, muitos indivíduos preferem buscar serviços onde percebem maior preparo técnico e sensibilidade às especificidades de gênero e sexualidade, ainda que isso contrarie os princípios de integralidade, longitudinalidade e coordenação do cuidado que estruturam a APS.

Principais demandas de saúde da população LGBT na APS

A saúde da população deve ser entendida em sua singularidade, considerando que o processo de adoecimento é multifatorial, envolvendo aspectos físicos e emocionais (MAZARO JL e CARDIN VSG,2017). Nesse sentido, **P1** relatou: "*Aqui na unidade é porta aberta. Eles chegam, eles podem conversar comigo, com qualquer profissional que eles se sentirem acolhidos, mais confortáveis*." Da mesma forma, **P5, P6, P8** e **P12** afirmaram que em seus locais de trabalho o acolhimento das pessoas LGBT ocorre de maneira igualitária, sem distinções em relação a outros usuários. Destacam-se as falas de: **P5**: "*Aqui tem fácil*

acesso, não tem muita dificuldade assim, o usuário chega e consegue atendimento, consegue o acolhimento normalmente". Também, **P8**: "*É normal para todas as pessoas, independente do gênero, da sexualidade, da idade, da condição social"* e**P12**: "*Ah, na nossa unidade, eles têm livre acesso, acolhimento normal. Geralmente eles vêm, assim, é bem difícil virem, mas tem alguns que vêm, são bem acolhidos, são encaminhados para onde eles precisam*."

Entretanto, afirmar que o acolhimento ocorre "como para qualquer outra pessoa" pode produzir a falsa impressão de igualdade, ao passo que desconsidera as especificidades e vulnerabilidades que atravessam a experiência da população LGBT nos serviços de saúde. Tal postura, ainda que bem-intencionada, pode invalidar o princípio da equidade, segundo o qual diferentes fatores impactam diretamente no processo saúde-doença. Para um serviço de saúde integral e de qualidade, é imprescindível conhecer as necessidades reais da população LGBT, contemplando não apenas aspectos físicos, mas também aspectos culturais, simbólicos e emocionais frequentemente afetados pelo estigma e preconceitos vivenciados no ambiente familiar e social (MAZARO JL e CARDIN VSG,2017; PINTO IV, et al., 2020).

Quando questionados sobre as demandas de saúde específicas da população LGBT, a maioria dos entrevistados mencionou a procura por testes rápidos para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). **P1** afirmou: "*Aqui nós temos bastante procura por testes rápidos, né, nós pegamos muito teste rápido, é altíssimo. Sífilis, assim, o índice é altíssimo*". **P5** acrescentou: "*Acho que a procura por testes rápidos são a maior parte da procura dessa população. Se tem outras necessidades eu não sei identificar".* **P2, P3, P6** e **P8** compartilharam percepções semelhantes. Entre 12 entrevistadas(os) apenas, dois disseram não identificar demandas de saúde específicas da população LGBT em seus territórios. **P11** explicou: "*Não identifico porque realmente não aparece, até porque as pessoas LGBT acabam saindo do território, acabam procurando um lugar maior, uma cidade maior para atender às suas necessidades*".

Essa visão restrita, reforça o desafio histórico da associação quase exclusiva da saúde da população LGBT às ISTs, sobretudo ao HIV/AIDS. Tal estigma sustenta preconceitos que vinculam essas pessoas à promiscuidade ou à prostituição, minimizando outras necessidades de saúde, como promoção, prevenção e reabilitação (SANTOS JS, et al., 2019; SILVA LR, et al., 2019). Embora atualmente o HIV/AIDS esteja mais relacionado a comportamento de risco do que a grupo de risco, persiste a associação dessa condição à comunidade LGBT, o que gera insegurança em buscar atendimento e receio de vivenciar situações de preconceito (OLIVEIRA EM, et al., 2020).

Além da procura por testes rápidos, profissionais da saúde destacaram demandas relacionadas à saúde mental. **P12** relatou: *Saúde mental [...] a gente tem pouco serviço na cidade em saúde mental, pouco serviço estruturado, que possa dar um suporte para essas pessoas e para a família [...] mas ela é tão rejeitada, ela é tão pauleada pela sociedade, pela família, que ela acaba caindo numa depressão".*

Batista TS, et al. (2024) aponta que a violência familiar pode abalar o psicológico do indivíduo, favorecendo o adoecimento emocional, com sintomas ansiosos e depressivos, além de sentimento de culpa e pensamentos destrutivos. Outros entrevistados reforçaram essa questão, **P10** disse: "*É, eu tive bastante demanda de questões de saúde mental, problemas de identificação mesmo, problemas de relacionamento familiar, problemas até de depressão, problema de automutilação de adolescente*". O **P7**corrobora com a fala ao referir-se: "*Todas que eu vi foram por saúde mental. Que daí relaciona a questão de ser LGBT com saúde mental. Por exemplo, a maioria era questões familiares, né? Questão de conflito familiar, de familiar que não aceitava e tal. E daí vinha aqui em busca de encaminhamento para psicólogos […]".*

Diante disso, reforça-se a necessidade de um atendimento humanizado, em consonância com os princípios do SUS. Cabe aos profissionais compreender os fatores que interferem no processo saúde-doença e desenvolver estratégias que contemplem não apenas o adoecimento físico, mas também as dimensões emocionais (PINTO IV, et al., 2020). As violências psicológicas vivenciadas pela população LGBT ao longo da história configuram um fenômeno complexo, que contribui para a vulnerabilidade e marginalização social, levando muitas pessoas à prostituição e ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Essas condições ampliam a problemática enfrentada por essa população, sobretudo no que se refere ao cuidado em saúde (BEZERRA MVR, et al., 2019; SANTANA ADS, et al., 2020; ABADE EAF, et al., 2020).

Ações de saúde destinadas à população LGBT na APS

Com relação às ações de saúde voltadas à população LGBT na APS, as/os entrevistadas/os, em sua maioria, relataram desconhecer atividades específicas para esse público no seu município e unidade de saúde. **P4** referiu "*Olha, acredito que no município tenha. Mas eu não tenho conhecimento. Na unidade, pelo tempo que eu tô aqui, não tem […]".* **P5** afirmou: *"Dentro da unidade não tem"*. Corroborando P**2** relatou: *"Aqui na unidade acho que a gente não fez", enquanto o***P12** destacou: *"Não, assim, específico não tem*". **P1, P3, P6, P7, P8, P10 e P11** também afirmaram que, em seus locais de atuação, não existem ações de saúde direcionadas à população LGBT.

No contexto da saúde da população LGBT é necessário reconhecer que, embora se trate de um grupo diverso, suas demandas exigem um olhar singular, pautado na valorização da individualidade e na articulação de ações que promovam saúde, reduzam à exclusão social e evitem o afastamento desse público dos serviços oferecidos pelo SUS (BEZERRA MVR, et al., 2019). Historicamente, as demandas dessa população foram invisibilizadas, o que comprometeu a produção de conhecimento sobre suas necessidades específicas e dificultou a implementação de ações concretas voltadas à redução do estigma e das desigualdades (GOMES R, et al., 2018).

Segundo Costa-Val A, et al. (2022) a população LGBT enfrenta barreiras significativas que prejudicam seu acesso aos serviços de saúde, sendo o despreparo e a falta de sensibilidade dos profissionais fatores que agravam as dificuldades de acesso e permanência nesses serviços. Diante dessa realidade, os entrevistados foram questionados sobre sua preparação para o atendimento da população LGBT e **P10** relata: "g*ostaria de estar muito mais qualificado e que tivessem muito mais qualificações e educações permanentes que pudessem nos deixar mais preparados pro assunto". para que a gente pudesse ter mais propriedade, tanto para recepcionar, tanto para atender, mas é bem complicado ainda".*

Nesse mesmo sentido, **P7** afirmou: "*não tem preparo nenhum, a gente não tem capacitação, atualização, treinamento"*. Complementando, P**2** destacou: "*Não, por isso que eu falei que a gente precisa muito [...] capacitação. Capacitação. Cursos, aprimoramento*".

Negreiros FRN, et al. (2019) ressaltam que, embora exista a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais, muitos trabalhadores de saúde desconhecem seus objetivos, o que acaba por transferir a responsabilidade da inexistência do serviço para os próprios usuários. Essa política é estruturada em quatro eixos, dos quais o Eixo 3 trata da educação permanente e da educação popular em saúde com foco na população LGBT, propondo estratégias para garantir a formação continuada de gestores e profissionais, sobretudo no enfrentamento à discriminação e ao preconceito em razão da orientação sexual e identidade de gênero.

As falas dos entrevistados evidenciam que políticas públicas direcionadas para fortalecer a relação entre usuários LGBT e os serviços de saúde ainda não se concretizam na prática, uma vez que persistem lacunas, relacionadas à falta de conhecimento e preparo dos trabalhadores para atender às demandas desse público. Por outro lado, alguns profissionais afirmaram sentir-se preparados para realizar esse atendimento. **P4** declarou**:** "*Olha, eu acredito que sim, porque sempre cuido, né? A forma de tratamento, respeitar o nome social, né? Não ter aquele preconceito... acredito que tenho o preparo"*. **P5** corrobora**:** "*Sempre atendo com igualdade, com respeito, pergunto como gosta de ser chamado. Não tem nenhum problema assim"*. Outros entrevistados, afirmam sentir-se parcialmente preparados. **P3** declarou: *"Eu, em questão médica, eu me sinto preparado. Em questão de tratamento hormonal, enfim, não, porque não fez parte da minha formação. Até porque a gente não se sente especializado para isso"*. **P9** também relatou: *"Acho que na maioria das questões, sim. Já fiz vários cursos, mas o que não me sinto capacitado é mais no sentido de tratamentos e de acompanhamento hormonal para as pessoas trans".*

O cuidado em saúde voltado à população LGBT ainda enfrenta grandes desafios, já que essa população é alvo de marginalização social e, muitas vezes, de preconceitos das próprias equipes de saúde, que desconhecem a complexa dinâmica histórica de exclusão vivenciada ao longo do tempo. Esse contexto dificulta a efetiva implementação de políticas e programas voltados à saúde LGBT, especialmente em uma sociedade que ainda privilegia a heteronormatividade como padrão de normalidade (NEGREIROS FRN, et al., 2019).

Percebe-se que o preconceito e a discriminação permeiam a vida da população LGBT, impactando negativamente sua existência e expressão social. No que se refere ao acesso à saúde observa-se um distanciamento significativo entre a comunidade LGBT e equipes da APS, resultando em fragilidade nas relações e ineficiência na comunicação. Evidencia-se, portanto, a necessidade de investimentos em educação permanente e em políticas públicas que, de fato, repercutem no cotidiano dos serviços de saúde e formação acadêmica sensível às questões de gênero e sexualidade. O investimento em formação permanente possibilita práticas mais acolhedoras e inclusivas ampliando o conhecimento sobre saúde, direitos e políticas voltadas a esse público (WEST MGLN, et al., 2024). Também, uma formação acadêmica sensível a estes temas contribui para melhorias na qualidade do cuidado e na construção de um ambiente de respeito, equidade e humanização (MORETTI-PIRES et al., 2019).

CONCLUSÃO

O estudo identificou, a partir da percepção de trabalhadores da Atenção Primária à Saúde (APS), o reconhecimento da importância de promover um atendimento humanizado à população LGBT, associado à necessidade de ampliar processos de formação, qualificação, que evidenciam avanços na construção de uma atenção mais inclusiva e equitativa. Contudo, foram observadas fragilidades na implementação das políticas públicas com perspectiva de gênero, especialmente no que se refere ao acesso e acolhimento da população LGBT, persistindo barreiras estruturais e simbólicas vinculadas ao preconceito, à desinformação e à ausência de ações sistemáticas para atender suas demandas específicas. Tais fragilidades incluem lacunas teórico-práticas de trabalhadores, a predominância de uma concepção binária e restrita de sexualidade e identidade de gênero, e a associação recorrente das demandas em saúde LGBT às IST e à saúde mental, reforçando estigmas históricos. Esses achados indicam a necessidade de investimentos em educação permanente, formação acadêmica sensível às temáticas de gênero e sexualidade e ações intersetoriais que consolidem um sistema orientado pela equidade e pelo respeito à diversidade, bem como maior articulação entre políticas públicas, profissionais e gestores. Apesar disso, o estudo apresenta limitações, como a restrição da amostra a um único município e o foco exclusivo na percepção dos trabalhadores, o que limita a generalização dos resultados e a compreensão de outros atores envolvidos. Futuras investigações devem ampliar a escuta, incorporando a perspectiva dos usuários LGBT e analisando diferentes contextos e territórios. Conclui-se que o fortalecimento de uma saúde pública mais justa exige diálogo, escuta qualificada e compromisso coletivo com a transformação das realidades sociais, de modo a aprimorar as políticas públicas com perspectiva de gênero na APS.

REFERÊNCIAS

1. ABADE EAF, et al. Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2020;30(4):e300418.
2. AGUM RRP, et al. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. Agenda política [Internet]. 9º de dezembro de 2015; 3(2):12-4.
3. BATISTA TS, et al. Homofobia internalizada e depressão em mulheres e homens homossexuais e bissexuais: Inquérito de saúde LGBT+, 2020. Ciênc saúde coletiva, 2024;29(9):e05412023.
4. BEZERRA MVR, et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. Saúde debate, 2019;43(8).
5. BRASIL. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), 22 set 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 20 de out. de 2025.
6. CARRATO JM, SANTOS NC. Naturalização do sistema binário sexual: masculino x feminino. Multiface, 2015.
7. COSTA-VAL A, et al. O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2022;32(2):e320207.

8. ESCODA MSQ. Iniqüidade em saúde: uma extensão das desigualdades sociais no sistema público de saúde do Brasil (2003-2006). 2008. 175 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
9. FARAH MFS, et al. Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). Cad EBAPE BR, 2018;16(3):428–43.
10. GOMES R, et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. Ciênc saúde coletiva, 2018; 23(6):1997–2006.
11. LOPES R, et al. Avaliação do acesso ao acolhimento à população LGBTQIA+ por parte dos profissionais de saúde de um Centro Municipal de Saúde no Rio de Janeiro. Saúde debate, 2023;47(spe1):e9045.
12. MATTA GC, MOROSINI MVG. Atenção Primária à Saúde. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz; 2009, p. 44–50. Disponível em: https://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/ateprisau.html. Acesso em: 20 nov. 2025.
13. MAZARO JL, CARDIN VSG. Da precariedade do acesso à saúde, das políticas públicas ineficazes e das técnicas clandestinas de modificação corporal utilizadas pelas travestis e mulheres trans. Rev. Fac. Dir. UFRGS, 31º de dezembro de 2017.
14. MELO IR, et al. O Direito à Saúde da População LGBT: Desafios Contemporâneos no Contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Revista Psicologia e Saúde. 8º de dezembro de 2020;12(3):63-78.
15. MINAYO MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014, 407p.
16. MONTEIRO NAM, GORETTI VVR. Panorama das desigualdades de gênero em números e perspectivas. RGSD. 2023;8(2).
17. MORETTI-PIRES RO, et al. Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero entre Estudantes de Medicina de 1º ao 8º Semestre de um Curso da Região Sul do Brasil. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 43, 2019.
18. NEGREIROS FRN, et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. Rev bras educ med, 2019;43(1):23–31.
19. NUNES ED. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Ciênc saúde coletiva, 2007 Jul;12(4):1087–8.
20. OLIVEIRA EM, et al. Espaços institucionais de saúde como “não lugar” de travestis nas representações sociais de enfermeiras. Rev. baiana enferm., 2020;34.
21. PINTO IV, et al. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2020;23(1).
22. REIS AA, CARVALHO HR. A Atenção Primária à Saúde no Brasil e a população LGBTI+: uma revisão integrativa. Saúde debate, 2023;47(1):e9135.
23. ROCON PC, et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. Interface (Botucatu), 2018;22(64):43–53.
24. ROSA DF, et al. Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. Rev Bras Enferm, 2019; 71(1).
25. SALVARO GIJ, KNUDSEN PPPS. Gênero e Políticas Públicas. Rev Direito Soc Desenvol., 2025;11(1).
26. SANTANA ADS, et al. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Rev enferm UFPE on line, 2020;14.
27. SANTOS JS, et al. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. Revista Latino-Americana de Enfermagem. 2019; 23(4).
28. SILVA ALR, et al. Representações Sociais de Trabalhadores da Atenção Básica à saúde sobre pessoas LGBT. Trabalho, Educação e Saúde. 2019;17(2).
29. TAQUETTE SR, BORGES L. Pesquisa qualitativa para todos. 1ª ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes LTDA; 2020, 208p.
30. WEST MGLN, et al. Continuing nursing education actions in the face of homophobia: an integrative review. Rev Bras Enferm., 2024;77:e20230094.